

RELATÓRIO 500 DIAS DE GESTÃO



BIÊNIO

2019-2021







DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

EXPEDIENTE

Defensora Pública Geral do Estado do Ceará
ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA

Subdefensora Geral do Estado do Ceará
SAMIA FARIAS COSTA MAIA

Secretária Executiva
FLÁVIA MARIA ANDRADE DE LIMA

Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública e Supervisora do Núcleo de Estágio
PATRÍCIA DE SÁ LEITÃO E LEÃO

Coordenadora das Defensorias da Capital
SULAMITA ALVES TEIXEIRA

Coordenador das Defensorias do Interior
BRENO VAGNER BEZERRA VICENTE

Subcoordenadora das Defensorias do Interior
RENATA PEIXOTO DO AMARAL
BOTELHO SILVA

Assessora de Relacionamento Institucional
MICHELE CÂNDIDO CAMELO

Assessora de Planejamento e Controle
DENISE SOUSA CASTELO

Assessor Jurídico
PETRUS HENRIQUE GONÇALVES FREIRE

Assessora de Desenvolvimento Institucional
VICTOR MATOS MONTENEGRO

Coordenadora de Comunicação
BIANCA CÂMARA FELIPPSSEN

Concepção

Jornalista Responsável:
Bianca Felippsen (CE 0569 JP)

Projeto Gráfico: Valdir Marte

Equipe: Alana Araújo, Ana Paula Lopes, Bruno de Castro, Camila Holanda, Daiana Almeida, Deborah Duarte e Matheus Lima.

PALAVRA DA DEFENSORA GERAL

Quantos desafios! Chegar aos 500 dias de pandemia, em meio a gestão à frente da Defensoria Geral, é motivo de alegria, orgulho, alento e fôlego, porque estamos com saúde, porque temos - apesar das dolorosas perdas - mantido nossas portas (virtuais) abertas e encontrando novas oportunidades de resistir e existir na vida de quem mais precisa. Reconhecer os nossos avanços é comemorar a existência desta Defensoria de luta e esperança, como disse Paulo Freire, para que dias melhores cheguem.

João do Cumbe, combativa liderança quilombola do Aracati, também nos lembrou isso no Orçamento Participativo 2021, iniciativa que foi consolidada como Lei: “a Defensoria é um órgão que traz para a população respostas necessárias, apoio e esperança”. É o que precisamos nestes tempos difíceis: esperança. Onde o medo nos avizinha, levamos alento. Onde a vida parece encerrar, levamos direitos aos que ficam.

Esperançar nos mantém de pé para dar voz a tantas pessoas vulnerabilizadas e cumprir a Emenda Constitucional nº 80/2014 onde todos os 184 municípios do Ceará com defensoras e defensores. Crescemos juntos e um novo concurso se avizinha prometendo pintar o Ceará ainda mais de verde.

Em 2021, comemoramos ainda os 24 anos da DPCE e avançamos com a plantão defensorial para mais 19 cidades, no modelo de Defensoria de Apoio Remoto, projeto que amplia a atuação no interior. Instituímos protocolos, parcerias, novos projetos e não paramos. Inserimos a Defensoria nos Comitês, no debate público sobre direitos e seguimos, em diálogo com a sociedade, com litigância estratégica, atuação vigorosa de tutela individual e coletiva de direitos dos mais vulneráveis.

O avanço da pandemia da Covid-19 mostrou ainda mais nossa fundamentalidade. A Defensoria avançou, se reinventou e promoveu o acesso à justiça, através de soluções extrajudiciais, atendimentos remotos, acesso à saúde e diálogos por políticas públicas.

Entre os avanços legislativos, des-

“Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo”

taco a lei que permitiu nomear novos defensores, a lei de criação do Diário Oficial da Defensoria e a aprovação da Emenda Constitucional que garantiu a desoneração do custeio da instituição, a chamada PEC da Defensoria. Esta que é a ‘menina dos olhos’ deste período, porque graças a ela conseguimos seguir crescendo e fortalecendo a instituição. Elenco aqui os pontos rele-

vantes da PEC da Defensoria: 1. superamos a base incapacitante do teto de gastos 2. somos a primeira instituição do País a fazê-lo, 3. mantivemos e ampliamos nosso crescimento mesmo em cenário nada favorável 4. vamos realizar novo concurso público; 5. somos maior hoje em tamanho desde 2016 (quando foi criado o teto para todas as instituições), no qual nós, Defensoria, estávamos engessados e sem condições alguma de crescimento e com obrigação de corte. Ou seja, cada defensor, defensora, o corpo de colaboradores, deve se apoderar dessa conquista histórica para ver a importância da DPCE. Somos uma instituição maior, mais reconhecida e mais forte com ela.

Demos ainda saltos na estruturação tecnológica da Defensoria, com muitas aquisições e implementações nesta área, novo site, assistente virtual, segurança e ampliação do parque tecnológico, melhoramos a nossa arrecadação, implementamos os 20% de cotas raciais nos concursos, ajustamos prédios, criamos novas sedes, nos posicionamos como produtores de conteúdo em educação em direito nas redes sociais e

destacamos a nossa comunicação com mais indicações de prêmios nacionais.

A Defensoria em 2020 chegou a quase 1 milhão de atuações. Número este que, por si só, evidencia o quanto a pandemia ampliou o espectro de vulnerabilidades e o quanto somos uma instituição essencial ao povo cearense. Número também que registra o empenho da gestão e de cada defensora, defensor, colaborador e estagiário para vencer as intempéries e entregar acesso à justiça em todos os seus formatos.

Dito isso, reconheço todo o esforço nestes tempos adversos, em que foi preciso encontrar meios e aquecer o acesso à justiça para todos e todas. Enquanto instituição, demos passos largos em protagonismo e resistência. Ainda tem muito por vir e fazer. Gosto muito da tríade destas três palavras juntas: diálogo, construção e luta para que a balança da justiça seja de fato isonômica, equilibrada e justa.

ELIZABETH CHAGAS
Defensora Geral do Ceará



ÍNDICE

1. DEFENSORIA EM AÇÃO

Defensoria Pública muda seu atendimento para modo remoto **(11)**
Balanço de atendimentos em 2020 e 2021 **(12)**
Psicossocial bate recorde de atuação na pandemia **(14)**
Defensoria integra Comitês e GTs estaduais criados para enfrentamento da pandemia **(16)**
Ação estratégica com outras instituições para mais vacinas **(17)**
Defensoria media acordo após paralisação de policiais em 2020 **(18)**

2. AVANÇOS ORÇAMENTOS E FISCAIS

Assembleia aprova Emenda Constitucional em favor da Defensoria **(20)**
DPCE implementa medidas que permitem Faadep superar a pandemia e crescer **(22)**
A tecnologia é aliada na arrecadação de recursos para a Defensoria **(24)**
Mesmo em pandemia, orçamento da DPCE avança **(25)**
Orçamento Participativo é lei e em dois anos mais de duas mil pessoas participaram do projeto **(26)**

3. AVANÇOS EM PESSOAL

Assembleia aprova lei que cria atividade cumulativa na Defensoria Pública do Ceará **(28)**
Após aprovação de Lei na Assembleia Legislativa, cotas são ampliadas em concursos e seleções da Defensoria Pública **(30)**
Últimos chamados do concurso: Defensoria completa quadro de 350 defensores e defensoras **(32)**
Mais defensores e defensoras para o Ceará: Novo concurso da Defensoria avança **(33)**
Novos estagiários completam o quadro da instituição **(34)**
Pela primeira vez, Defensoria terá estagiários de pós-graduação em Direito **(35)**
Atuações extraordinárias e forças tarefas **(36)**
Implantação da figura do DAAR **(37)**
Programa que cuida de quem cuida **(38)**

4. AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Defensoria 2.0: DPCE investe em novas tecnologias **(40)**
Protocolos para garantir a privacidade e proteção de dados **(42)**
Novo site com 90% de acessibilidade **(43)**
A simpática Dona Dedé fica online 24 horas orientando nossos usuários **(44)**
Agora é a vez da Nossa Defensoria **(45)**

5. AVANÇOS MATERIAIS E ESTRUTURAIS

Defensoria tem seu Diário Oficial Online **(46)**
Novas sedes: Inauguração de nova sede no Crato **(47)**
Novas sedes em Camocim,
Quixeramobim e Tianguá **(48)**
Início da construção do prédio Marta
Alves de Lima no bairro João XXIII **(50)**
Reformas no Fórum Clóvis Beviláqua **(51)**
Nova sede de atendimento no bairro
Cidade dos Funcionários **(52)**
Ampliação da estrutura física do
Segundo Grau de Jurisdição **(53)**
Parceria com a Assembleia
garante novo espaço para a Defensoria **(54)**
Van de Direitos **(55)**
Protocolo de combate a tortura é
instituído e tem com formulário eletrônico **(56)**
Convênio com a Secretaria de
segurança para acesso aos laudos **(57)**
Ampliação do Plantão Defensorial
para mais 19 cidades **(58)**
Campanha Retorno Responsável:
sim para a saúde **(60)**
Defensoria testa equipe para Covid-19
em Fortaleza, Sobral e Cariri **(62)**
Convênios, contratos e aquisições
são incrementados **(63)**

6. ESCOLA SUPERIOR

110 eventos realizados pela Escola Superior,
entre webinários, palestras, workshops, lives
e treinamentos **(64)**
Curso de formação para novos
defensores públicos **(66)**
#NaPausa: educação em direito nas redes **(68)**
Comemoração dos 24 anos da Defensoria Pública **(70)**
Núcleo de Pesquisa consolida sua atuação **(71)**

7. COMUNICAÇÃO

Comunicação que aposta o serviço da instituição **(72)**

GALERIA DE IMAGENS (74)





1. DEFENSORIA EM NÚMEROS

Defensoria Pública muda seu atendimento para modo remoto

Devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Defensoria Pública do Ceará passou a atender preferencialmente de forma remota e se reinventou para o assistido ter acesso aos serviços da instituição pelo maior número de meios de comunicação. Ou seja: por ligações, mensagens de Whatsapp, ferramentas de vídeo chamadas, e-mails e sistemas internos ou interinstitucionais de protocolo e despacho.

Foram criados vários canais e formas de atendimento também para os vulneráveis digitais, como população em situação de rua ou com dificuldade de locomoção, população carcerária, idosos e analfabetos. Foi esse o método adotado mesmo depois do fim do lockdown nas regiões mais afetadas pela doença no Ceará.



901.313
ATUAÇÕES EM 2020

MAIS DE UM MILHÃO DE ATUAÇÕES NA PANDEMIA

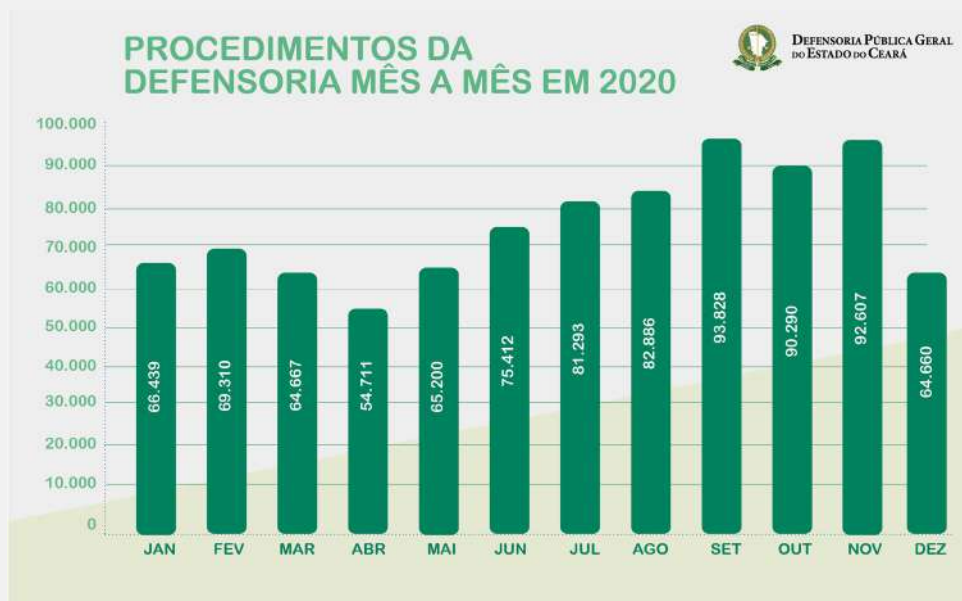
Mesmo com os desafios impostos pela pandemia da Covid-19, a Defensoria se reinventou e pautou uma série de questões caras aos

mais vulneráveis. Com audiências online, novos formatos de atendimento ao público e o trabalho remoto, as defensoras e defensores

mantiveram a produtividade e atuaram em importantes questões de impacto em milhares de pessoas e na vida cotidiana dos cearenses.

Balanço de atendimentos em 2020 e 2021

Durante todo o ano de 2020, a Defensoria registrou 901.313 atuações de diversas naturezas. Desse total, 77,8% (quase 701 mil) aconteceram no período de isolamento social ao novo coronavírus, com os atendimentos preferencialmente de forma remota. Importante destacar a média mensal de atuações da Defensoria, que cresceu na pandemia conforme evoluiu a implementação do trabalho remoto, sendo setembro, outubro e novembro, o período no qual o número de procedimentos realizados por defensores e colaboradores, crescendo 38% em relação ao início primeiro trimestre do ano, antes



da política de distanciamento e até isolamento social rígido.

A logística do trabalho remoto se estendeu durante todo o ano de 2020 e se mantém até hoje. Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, a instituição contabilizou 264.153 atuações.

No primeiro trimestre deste ano, a Defensoria registrou 90.821 atendimentos, 45.332 petições e 6.696 audiências judiciais. Fortaleza respondeu por 61% da demanda total, com 161.645 atuações. Sobral, Caucaia, Juazeiro do Norte e Maracanaú completam a lista dos cinco municípios cearenses com maior procura no trimestre. Juntas, essas cidades tiveram 43.996 atuações entre janeiro e março.

Um dos núcleos com dados de maior procura no período foram as Defensorias da Família da capital, com 20.797 atuações. Familiares de pessoas presas e as próprias pessoas presas demandaram do Núcleo Especializado em Execução Penal (Nudep) um total de 12.131 atuações este ano.



Psicossocial bate recorde de atuação na pandemia

A pandemia do novo coronavírus chegou avassaladora, trazendo novos desafios emocionais para a população e novas demandas para as equipes do serviço psicossocial da nossa instituição. Em 2020, o serviço psicossocial da Defensoria Pública do Estado (DPCE) registrou 27.153 atendimentos. Isso representa 34,54% de aumento em relação a 2019, quando foram feitos 20.181 atendimentos, e um recorde desde a criação do setor, em abril de 2016. Em relação a 2017, primeiro ano no qual o Psicossocial teve estatísticas completas, de janeiro a dezembro, o crescimento é de 57,40%.

O aumento no número de atendimentos reforça a importância em abrir caminhos de discussões sobre



Recorde em 2020, segue em 2021

a saúde mental, principalmente em tempos de crise. Como resposta imediata a essa demanda, a Defensoria Pública do Estado do Ceará firmou parceria com a Faculdade Ari de Sá para que alunos do curso de psicologia possam realizar seus estágios finais no setor de psicossocial da instituição. O convênio foi assinado em maio pela defensora pública geral, Elizabeth Chagas e permite que os estudantes do curso façam estágio na disciplina de Psicologia Jurídica. Por semestre, a Defensoria Pública receberá até oito estudantes.

Para Andreyra Arruda Amendola, coordenadora do serviço psicossocial da Defensoria, a pandemia do novo coronavírus veio como uma possibilidade de reinvenção para a instituição. “Tivemos muito aprendizado e nos reinventamos para possibilitar os atendimentos. Muitas coisas vieram para nos ensinar. A gente não trabalha sozinho. Só se faz isso, um atendimento em quantidade e com qualidade, com atuação em rede. E o que tornou isso possível, o que nos tornou mais acessíveis, foi a ampla divulgação dos nossos canais de atendimento”, avalia a profissional.



Defensoria integra Comitês e GTs estaduais criados para enfrentamento da pandemia

Desde o início da pandemia no Estado do Ceará, comissões, grupos de trabalhos e comitês foram criados com o objetivo de acompanhar a situação das medidas relacionadas à emergência de saúde pública para garantir também os direitos da população e as questões fiscais do Estado.

Em todos esses grupos e comitês, a Defensoria Pública vem procurando pontuar e contribuir no sentido de salvar vidas e trazer à tona a realidade da população vulnerável. A Defensoria Pública já levantou diversas questões às instituições que compõem os comitês, como por exemplo, a situação de mulheres vítimas de violência doméstica e a dificuldade de realizar as denúncias durante a pandemia, o aumento de pedidos judiciais para leitos em unidades de terapia intensiva (UTI) e a necessidade de assistência às famílias expulsas de suas casas. Além disso, a Defensoria Pública atua como elo do envio de questões sociais encaminhadas pela sociedade civil para discussão.

A Defensoria Pública do Ceará integra vários desses grupos:



- **Comitê Estadual** de Enfrentamento ao Coronavírus;
- **Grupo de Trabalho** Estratégico para a apresentação de plano que promova a retomada da economia no Estado.
- **Conselho de Governança** Fiscal do Estado
- **Comitê de Enfrentamento** à Covid-19 nos Sistemas Prisional e Socioeducativo do Ceará
- **Grupo de Monitoramento** e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução das Medidas Socioeducativas.
- **Pacto Contra o Coronavírus** em parceria com a Assembleia Legislativa

Ação estratégica com outras instituições para mais vacinas

A Defensoria Pública do Ceará (DPCE), a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Procuradoria do Estado do Ceará (PGE) ingressaram com ação na Justiça Federal para garantir a vacinação da segunda dose de CoronaVac no Estado do Ceará. A união das instituições do sistema de Justiça e Governo do Estado buscou, na justiça, a priorização do envio do imunizante por parte do Governo Federal, para que seja concluído o ciclo de aplicação de segundas doses na fase 1 do grupo prioritário (idosos) no Ceará.

A decisão favorável saiu no dia 12 de maio, quando a Justiça Federal determinou que a União enviasse para o Ceará 25.019 doses extras para completar o ciclo de quem já havia tomado a primeira dose de CoronaVac.



Defensoria media acordo após paralisação de policiais em 2020

A Defensoria Pública do Estado do Ceará fez um intenso trabalho de mediação entre a comissão formada por representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o movimento reivindicatório da Polícia, que seguia em paralisação desde o dia 18 de fevereiro de 2020. A própria defensora pública geral do Estado, Elizabeth Chagas, foi a responsável pela negociação durante todo o período de paralisação até o momento da saída dos manifestantes que ocupavam o 18o Batalhão da Polícia Militar, no dia 1o de março.

Em diversas oportunidades, foram debatidas os pontos de reivindicações dos policiais militares cearenses. Dos encaminhamentos, reduziu-se de 18 para cinco pontos com destaque ao andamento imparcial e respeitando a ampla defesa e contraditório em todos os processos disciplinares abertos por conta do período, e a Defensoria Pública segue atuando junto à Controladoria Geral de Disciplina do Estado (CGD), com o fim de assegurar a observação do devido processo legal.



*foto antes da pandemia do novo coronavírus

“A presença da Defensoria Pública em toda esta negociação, que tem em mister constitucional a garantia de direitos, a mediação de conflitos e a atuação extrajudicial, deu uma contribuição importante para esta solução que chegamos. Considero este acordo foi um enorme passo e o Ceará dá uma demonstração ao País ao transformar

conflitos, dentro das condições apresentadas, em soluções de pacificação social. Queremos aprimorar esta prática, mantendo este diálogo, avaliando os processos administrativos e, respeitando o devido processo legal e o direito à defesa, propondo o caminho da paz, tão almejada pelos cearenses”, defendeu a defensora.



2. AVANÇOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS

Assembleia aprova Emenda Constitucional em favor da Defensoria



Na primeira semana de dezembro de 2020, 35 deputados estaduais presentes ao Plenário 13 de Maio aprovaram por unanimidade a Emenda Constitucional, em favor da Defensoria Pública do Estado do Ceará. A PEC 06/20, enviada pelo Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, altera a base do teto de gastos instituída pelo novo Regime Fiscal no âmbito do orçamento fiscal do Estado.

Na prática, a Emenda Constitucional 102/2020 mudou a base de cálculo do teto de gastos para Defensoria Pública do Ceará, passando a considerar o atual tamanho da Defensoria, tornando viável o pleno funcionamento da instituição.

“Esta é uma grande vitória para a Defensoria e para a população do Ceará porque foi possível demonstrar a todos os poderes a necessidade de um

teto de gastos condizente ao tamanho da instituição. Não há crescimento sem estratégia, temperança e diálogo”, explica a defensora geral Elizabeth Chagas. Essa pauta tramitou, na ALCE, em regime de urgência a partir do dia 19 de novembro, sendo aprovada por unanimidade em todas as comissões e sessões, em vinte dias.

Toda a articulação se deu junto ao Conselho de Governança Fiscal do Estado, que é formado pelo Governador, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Defensora Pública Geral, Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

“A aprovação desta Emenda Constitucional reflete a compreensão técnica e política sobre a singular situação vivenciada pela instituição e a fundamentalidade da nossa missão para a sociedade”.

O QUE MUDA COM A CHAMADA PEC DA DEFENSORIA

ENTENDA PORQUÊ ESSA CONQUISTA É HISTÓRICA PARA A DEFENSORIA

1 - A DPCE é a primeira instituição do País a conseguir alteração no seu regime fiscal

2 - A DPCE corria um sério risco de involução grave e incapacitante;

3 - A DPCE manteve seu corpo técnico sem demissão, no pior momento da pandemia

4 - A DPCE manteve sua infra-estrutura e benefícios (auxílio alimentação, plantões, diárias, ajudas de custo, mestrados, doutorados e aluguéis)

5 - A DPCE pode crescer de forma efetiva e ter suplementação orçamentária sem descumprir teto de gastos, caso surja necessidade;

6 - A DPCE pode realizar concurso público;

7 - A DPCE pode desenvolver projetos;

8 - Desoneração do Faadep

DPCE implementa medidas que permitem Faadep superar a pandemia e crescer



Em tempo de pandemia, é preciso ter segurança e boa gestão de recursos. Tem sido assim na Defensoria Pública Geral com o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública (Faadep). Ele registrou incremento de 23% na arrecadação no primeiro trimestre de 2021, o melhor primeiro trimestre de arrecadação na história do fundo. Em relação a 2020, o Faadep registrou ainda crescimento de 186% em dezembro quando comparado com o pior mês da pandemia (maio).

Esse desempenho é resultado de melhorias em diversas frentes. “Temos avançado, mesmo diante dos cenários desfavoráveis por conta da Covid-19 e da crise econômica mundial. Implementamos medidas importantes, internas, mecanismos on-line, estudos e pactuações para melhorar a arrecadação. Tudo isso para que a Defensoria não pare de crescer e possa ampliar nossa estrutura e pessoal de apoio”, pontua o assessor de desenvolvimento institucional Victor Montenegro.

Ao longo de 2020, diversas si-



tuações imprevistas, como o fechamento dos cartórios e foram tomadas medidas emergenciais enérgicas para recuperar o fôlego, sanar despesas e manter a estrutura. Além disso, é importante frisar que a base do teto de gastos em 2016 não permitia a desoneração do Faadep, que foi possível com a aprovação da Emenda Constitucional 102/2020.

“A Defensoria reinventou sua gestão financeira e, diante do ce-

nário inesperado e desfavorável piorado, implementamos medidas internas e estreitamos laços com outras instituições para, juntos, encontrar saídas possíveis à pandemia já que milhões de pessoas vulneráveis precisam da nossa atuação. Foram planejados termos de cooperação, criados mecanismos on-line, feitos estudos e determinados encaminhamentos para a instituição manter-se à altura da necessidade de quem ela assiste todos os dias”, pontua a defensora geral Elizabeth Chagas.

Todos os dados relativos ao Faadep estão disponíveis no Portal da Transparência, no site da Defensoria.



A tecnologia é aliada na arrecadação de recursos para a Defensoria

Inteligência artificial. É assim que a Defensoria Pública do Estado do Ceará elaborou um sistema para auxiliar o Setor de Monitoramento e Apoio à Arrecadação. Trata-se de uma ferramenta capaz de elaborar petições, ler as edições do Diário de Justiça, identificar e analisar as sentenças e acórdãos em que há condenação de honorários em favor da Defensoria, diferenciando na elaboração das petições de cada local.

A ferramenta foi desenvolvida pelo Setor de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública com apoio do defensor Bruno Fiori. “Antes do novo sistema, as pesquisas no Diário de Justiça eram feitas manualmente. Uma pessoa procurava, entre as centenas de páginas do Diário da Justiça, palavras-chave que pudessem indicar condenação de honorários em favor do Faadep. Agora a ferramenta está mais ágil e a expectativa é que possamos aumentar a arrecadação para a instituição”, destaca. O novo sistema possui ainda algumas fun-



cionalidades, como elaborar petições, outras de controle interno e gerencial e visa instrumentalizar o Setor no acompanhamento da arrecadação de valores devidos ao Faadep.

ESTRATÉGIAS

O Faadep é um instrumento para potencializar as atividades da Defensoria, que vem modernizando o processo de arrecadação, monitoramento e fiscalização:

- Implantação e ampliação do setor de arrecadação, com defensores e a estrutura

- Sistema novo, que usa inteligência artificial e estabelece novos fluxos na arrecadação de honorários

- Instrução normativa que regulamenta novas opções de pagamento para receitas cartorárias e custas

- Articulação com Ministério Público e Tribunal de Justiça para fiscalização e arrecadação conjunta.

Mesmo em pandemia, orçamento da DPCE avança

A Defensoria avança. Em anos de crise, seu orçamento cresceu 18% de 2019 - 2020 e 4% de 2020-2021. Só em custeio, após a aprovação da PEC da Defensoria, este percentual cresceu 172% o que tem permitido manter sem demissão o corpo técnico e auxílios como alimentação, pagamento de cursos de pós-graduação e ampliar o quadro de estagiários com o término do certame que selecionará novos estudantes. Além disso, vale a menção que a Defensoria foi a instituição que mais teve crescimento neste orçamento, embora a balança da justiça siga desequilibrada sendo a menor destinação de verbas do sistema de justiça cearense.

Destaque para as Emendas Parlamentares que permitem que projetos do Orçamento Participativo sejam contemplados. Caso da Emenda Federal que fará ainda este ano aporte no programa Rede Acolhe, ampliando sua atuação.



Ano a ano a Defensoria vem garantindo com os parlamentares cearenses recursos extra orçamento para auxiliar no desenvolvimento de projetos.

Orçamento da Defensoria é composto por três rubricas: custeio, pessoal e investimento. Todos apresentaram crescimento

Orçamento Participativo é lei e em dois anos mais de duas mil pessoas participaram do projeto

Como a palavra de ordem é reinvenção, não foi diferente no Orçamento Participativo. A pandemia do novo coronavírus pegou em curso a 5ª edição do OP, tendo que reformar o processo, suspender audiências presenciais e configurar uma nova forma de escuta social. A 5ª e 6ª edição da política pública foram inovadoras. Primeiro porque os formatos migraram pro mundo virtual e segundo porque pela primeira vez, em 2021, o OP é obrigatório e faz parte do arcabouço legal da instituição Defensoria.

O Orçamento Participativo virou política institucional ao assegurar o espaço da sociedade civil no curso das gestões administrativas. “Ao abrir diálogo sobre o fortalecimento da Defensoria Pública, o Orçamento Participativo se torna instrumento democrático de escuta da população, pautando e conduzindo o que é urgente e necessário para as comunidades do Estado. Nunca podemos esquecer que, por

meio do OP, referendamos às causas defensoriais e pautamos o que o povo almeja para assegurar o exercício de sua cidadania”, comenta Michele Camelo, assessora de relacionamento institucional (Arins).

Durante as duas edições do Orçamento Participativo em 2020 e 2021, a

instituição recebeu de 2.765 pessoas propostas e sugestões relacionadas aos serviços da Defensoria. Assim, virtual e expressivo, o OP conseguiu este ano a realização de seis audiências públicas virtuais, contemplando todas as regiões do Estado do Ceará, além de questionário virtual.

O OP abre o planejamento da Defensoria e tem o intuito de estimular a consciência cidadã, ampliar os processos democráticos e identificar ações que traduzem o anseio da população



2.765
PESSOAS
PARTICIPARAM DO
OP EM 2020 E 2021



Seis audiências virtuais em 2021

3. AVANÇOS EM PESSOAL

Assembleia aprova lei que cria atividade cumulativa na Defensoria Pública do Ceará



Mais uma conquista da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPCE) na Assembleia Legislativa com a aprovação do Projeto de Lei que permite a atividade cumulativa na atuação de defensoras e defensores públicos. A matéria foi aprovada no plenário da casa depois de tramitar nas comissões nesta semana. De autoria da Defensoria Geral, a mensagem alerta sobre o déficit de defensores e defensoras no Ceará e como a atividade cumulativa vai proporcionar maior capilaridade no atendimento da instituição, assegurando o direito fundamental de acesso à justiça à população vulnerável em vários municípios cearenses. Em 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica apontou que eram necessários 743 defensores e defensoras no Estado, considerando a razão de um defensor/de-

defensora para cada 10 mil habitantes. “Contudo, passaram-se mais de sete anos desse estudo e só temos 350 membros, com 117 cargos vagos. Diante do atual cenário pandêmico, com população em extrema pobreza e demais vulnerabilidades aumentando, a solução que encontramos foi suprir essa demanda de forma estratégica que ampliará a atuação defensorial com um custo menor, através de publicação de edital direcionado aos defensores públicos. Tal ampliação será facilmente visualizada especialmente no Interior, cuja previsão de aumento da assistência jurídica será cerca de 60%”, contextualiza a defensora geral Elizabeth Chagas. Elizabeth pontua ainda que aprovação dessa lei atrelada à nomeação de novos defensores e defensoras com o próximo concurso vai ampliar a capilaridade da Defensoria. “Cumprimos o nosso compromisso de chamar todos os aprovados no certame passado, encerrando a lista dos aprovados e aprovamos o regulamento de um novo concurso público para chegarmos mais próximo da Emenda Cons-

titucional 80/2014, que comprometeu defensores e defensoras em todas as comarcas do País até 2022. A aprovação na lei hoje representa um avanço para chegarmos ainda mais próximo ao preceito constitucional de ter a Defensoria em todos os municípios cearenses”, afirma Elizabeth Chagas. Os efeitos financeiros desta lei serão para 2022, tendo em vista o respeito a Lei Complementar Federal n.173/2020.



Após aprovação de Lei na Assembleia Legislativa, cotas são ampliadas em concursos e seleções da Defensoria Pública



A Assembleia Legislativa aprovou durante sessão plenária realizada de forma presencial e remota, projeto de lei do Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPCE) instituindo política pública social e afirmativa reservando vagas para candidatos(as) negros e negras, quilombolas e indígenas em concursos públicos e processos seletivos da instituição. Em novembro de 2020, a DPCE implementou a Instrução Normativa nº 82/2020 destinando 20% das vagas exclusivamente a negros e negras nos concursos e seleções públicas da instituição. Foi a primeira política afirmativa da história da DPCE, que existe há 23 anos, mas faltava ampliar para quilombolas e indígenas. No último dia 5, ocorreu reunião entre Elizabeth Chagas; a subdefensora geral, Sâmia Farias; a ouvidora-externa da Defensoria, Antônia Araújo, e a liderança indígena e o vereador de Caucaia Weibe Tapeba. O intuito era discutir e orientar a construção do projeto de lei. Com este novo dispositi-



vo, além de serem destinados 20% das vagas exclusivamente a negros e negras nos concursos e seleções públicas da instituição, outros 5% serão para quilombolas e outros 5% para indígenas. “Todos os ambientes precisam ser mais diversos e inclusivos. Se a maioria da nossa população se autodeclara preta e parda, as instituições públicas também precisam estar formadas por negros e negras. Nós lidamos diariamente com populações vulneráveis e se lutamos pelos direitos delas, temos que garantir o direito à representatividade dentro das nossas instâncias”, pontua Elizabeth Chagas, defensora pública geral. No projeto de lei encaminhado pela defensora geral, é citado um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, que identificou no Ceará 131 localidades indígenas e outras 181 quilombolas. Além disso, o Estatuto da Igualdade Racial, em vigor há dez anos e recentemente replicado como lei municipal de Fortaleza, é citado como base legal à implementação das cotas na DPCE, assim como princípios constitucionais, a missão democrática da Defensoria (de



20%

**DAS VAGAS PARA NEGRAS
E NEGROS, 5% PARA
QUILOMBOLAS E OUTROS
5% PARA INDÍGENAS.**

atuar em favor de populações vulneráveis) e a Lei Federal nº 12.990/2014. “Foi um trabalho realizado em parceria com a Ouvidoria Externa da instituição e com os movimentos sociais, e com essa lei hoje somos a primeira instituição do Ceará com cotas para quilombolas e indígenas. Estamos fazendo nossa parte, garantindo o direito à representatividade dentro da Defensoria”, pontua Elizabeth Chagas, defensora pública geral.



Últimos chamados do concurso: Defensoria completa quadro de 350 defensores e defensoras

O dia 18 de dezembro de 2020 ficou marcado para três novos defensores públicos do Ceará. Neste dia, Anderson Lins Tavares Bezerra, Mirian Lopes de Araújo e Rafael Pereira de Gois foram empossados pelo Conselho Superior da Defensoria Pública (Consup), alçando a 350 o total de membros efetivos da Defensoria no Estado. Além deles, Eduardo de Carvalho Veras foi nomeado em 13 janeiro de 2021.

A conquista foi possível graças a uma luta intensa da gestão para manutenção do prazo do concurso e a aprovação do Projeto de Lei Complementar 06/2021, que permitiu a nomeação de defensores públicos para preenchimento de cargos vagos. “A mensagem de autoria da Defensoria Geral foi bastante dialogada e é fruto da necessidade do preenchimento das vagas ociosas de defensores públicos, com a realização de novo certame, ainda este ano. Esta aprovação pelos parlamentares cearenses reflete a valorização da instituição e chega num mo-



mento oportuno onde a Defensoria precisa ser fortalecida”, explica a defensora geral do Ceará, Elizabeth Chagas. A instituição possui hoje 117 cargos vagos.

Os quatro novos defensores também tiveram sua posse popular com a presen-

ça da vice governadora Izolda Cela. Essa foi a nona cerimônia de posse popular promovida pela DPCE. A primeira em ambiente online. Izolda Cela qualificou o trabalho da Defensoria como “fundamental ao sistema democrático brasileiro.”

Mais defensores e defensoras para o Ceará: Novo concurso da Defensoria avança

Anunciado no dia 19 de maio (Dia Nacional da Defensoria, do defensor e da defensora), pela defensora geral Elizabeth Chagas, o novo concurso público da Defensoria Pública do Ceará teve regulamento aprovado na 8a Sessão Ordinária do Egrégio Conselho Superior (Consup). O regimento teve relatoria da conselheira Samia Farias e é a norma-base que ressalta os requisitos à candidatura, bem como as exigências e matérias que o certame abordará.

A partir desta regulação, a Defensoria Geral dará prosseguimento às etapas administrativas internas para realização do concurso que envolve convocar a Comissão do certame e divulgar datas, valores, prazos, cotas, vagas e formatos de prova.

“Cumprimos o nosso compromisso de chamar todos os aprovados no certame passado, encerrando a lista dos aprovados e começamos



uma nova etapa para chegarmos mais próximo da Emenda Constitucional 80/2014, que comprometeu defensores e defensoras em todas as comarcas do País até 2022. Para isso, aprovamos mudanças em leis na ALCE e caminhamos para che-

gar ainda mais próximo ao preceito constitucional de ter a Defensoria em todos os municípios cearenses. Queremos realizar o concurso mais célebre dos 24 anos da instituição”, afirma Samia Farias, subdefensora geral do Ceará.

Novos estagiários completam o quadro da instituição

Pela primeira vez na História, 1.356 estudantes de Direito puderam fazer uma seleção online para a Defensoria. A prova objetiva eliminatória para seleção de estagiários de Direito que atuarão no órgão aconteceu dia 11 de julho. Também foi remota a capacitação dos estagiários para o início de suas funções.

“Nosso empenho é para permitirmos a inovação, sem perder a lisura do certame, que é um dos concorridos na vida acadêmica do Direito. O estudante que passa pela Defensoria consegue uma formação completa em diversas áreas do Direito, além de todos os valores humanos e de vivência da instituição, onde ganha também a Defensoria, com fortalecimento do quadro de apoio para desempenhar o seu ofício. Nosso objetivo é o preenchimento de todas as vagas disponíveis de bolsas para estagiários e estagiárias”, explica Patrícia de



Sá Leitão, supervisora do Núcleo de Estágio.

Esta seleção é a primeira seleção pública com as cotas de 20% das vagas exclusivas para pessoas negras, primeira política afirmativa da história da DPCE, que virou lei em 2021, incluindo indígenas e quilombolas.

A Defensoria completa 270 bolsistas da instituição

Pela primeira vez, Defensoria terá estagiários de pós-graduação em Direito

A Defensoria Geral regulamentou o programa de estágio de pós-graduação em direito no âmbito da instituição. Pela primeira vez, a instituição receberá o reforço acadêmico e propiciará aos bacharéis em Direito a vivência na instituição, bem como o conhecimento teórico e prático nas áreas de atuação da DPCE.

Será ainda em 2021 a seleção pública aos alunos interessados, que estejam nas instituições de ensino devidamente cadastradas pela Defensoria, para as vagas. O estágio de pós-graduação de Direito (strictu ou lato sensu) em Direito na Defensoria Pública possibilitará aos alunos o desenvolvimento de atividades práticas relacionadas à sua área de formação com seu aperfeiçoamento técnico cultural e científico, o seu relacionamento humano e, através do intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas, contribuindo para que o estudante tenha formação alicerça-



da no serviço à comunidade.

“Este é um passo importante que damos, após a maior crise sanitária mundial, cumprindo nosso compromisso impresso no plano de gestão, que visa assegurar a plena vivência dos estudantes na nossa

instituição, aprendendo os valores de cidadania, acesso à justiça e empatia. A Defensoria é uma instituição humana, que muito tem a agregar na formação destes jovens e muito a enriquecer com as suas contribuições”, disse a defensora geral, Elizabeth Chagas.

Atuações extraordinárias e forças tarefas

As Coordenadorias das Defensorias da Capital e do Interior (CDC-CDI) fortalecem as atividades da instituição, estabelecendo editais e forças-tarefas para atender às necessidades dos serviços de prestação do de assistência jurídica à população.

Um destes editais está organizando um problema histórico da instituição, dando início à atuação extraordinária de defensores e defensoras designados(as) em caso de afastamento voluntário ou de licenças médicas de outros membros. Nele, defensores são selecionados para atuar nas intimações eletrônicas quando outros membros afastarem-se por período igual ou superior a dez dias. A supervisora do CDC, a defensora pública Sulamita Alves Teixeira explica que essa atuação extraordinária fará com que as demandas não se acumulem e, consequentemente, os trabalhos aconteçam com ainda mais fluidez. “Este é mais um gargalo que resolvemos, uma política de valorização do trabalho para quando o colega voltar das férias ou da licença encontrar suas demandas encaminhadas. Resolvemos por meio da criação de um fluxo melhor”, pontua.



Nas atuações extraordinárias, mutirões online marcam este novo momento

As iniciativas lançaram ainda editais tanto de atuações extraordinárias em regime de sobreaviso para núcleos específicos, bem como para Grupos de Trabalhos, desde o Juizado do Torcedor e Grandes Eventos, da Central de Transplantes, Instituto do Desenvolvimento do Trabalho e Rede Acolhe. Forças-tarefas de defensores aconteceram na no júri e no Nudep, além de Nudesa, grande demandado na pandemia.

Nesta gestão, as atividades do Plan-ção Defensorial passaram a compreender, além dos finais de semanas, também os

feriados e ainda, no interior, com a ampliação de 19 cidades. “A ampliação desse serviço propicia mais dignidade para esse povo sofrido, tão carente em relação aos serviços públicos prestados pelas instituições. Independente do assunto, sendo questão de urgência, a população sabe que pode contar com a Defensoria Pública”, afirma Breno Vagner, coordenador das Defensorias do Interior. Além disso, o CDI realizou 15 designações para comarcas do interior para realização de atendimentos, cumprimento de intimações, peticionamento, audiências e júri.

Implantação da figura do DAAR

Um projeto piloto está promovendo o apoio remoto em doze órgãos de atuação por 12 cidades do interior do Ceará. A figura do Auxiliar de Apoio Remoto foi criada após intenso debate que perdurou de novembro até fevereiro, entre a realização de audiência pública, reuniões com os interessados e quatro sessões do Conselho Superior. Com isso, uma nova resolução modificou as atribuições dos defensores públicos de entrada inicial e intermediária que atuam em comarcas que possuem de duas a cinco unidades jurisdicionais (Varas).

Essa nova resolução criou o Defensor Auxiliar em Apoio Remoto (DAAR), que permitirá a atuação em órgãos de atuação de até três núcleos defensoriais distintos e abrangerá o acompanhamento das demandas protocoladas pela Defensoria Pública. A temática passa a vigorar com acompanhamento da Coordenadoria das Defensorias do Interior (CDI) para estudo de novas formas de atuação no interior do Ceará, levando em conta as muitas modificações que a mesma trará na rotina das



Defensorias do interior do Estado.

“O Auxiliar em Apoio Remoto foi criado a partir da proposta da Coordenadoria das Defensorias do Interior enriquecida por intensos debates institucionais e pela participação da sociedade civil. As atividades foram iniciadas já no primeiro semestre e vêm comprovando sua grande importância para a continuidade dos serviços da De-

fensoria Pública em doze localidades, garantindo assistência jurídica em processos acompanhados pela instituição e portanto, o acesso à Justiça da População mais vulnerável. Esse período inicial tem sido muito rico para acompanhamento das experiências e avaliação dos benefícios”, Breno Vagner Bezerra Vicente, coordenador das Defensorias do Interior.

Programa que cuida de quem cuida

Distantes sim, mas nunca sozinhos. O lema é de um programa integral de atenção ao corpo técnico da Defensoria. O Saúde e Qualidade de Vida foi reinventado na pandemia para promover encontros setoriais e globais de modo remoto, trazendo especialistas e estudiosos para tratar, cuidar, debater e de defensores, estagiários e colaboradores da Defensoria. “Essa integração é a proposta aqui de cada um que existe e é amparado por uma rede de apoio dentro da instituição”, destaca Andreyra Arruda, coordenadora do setor de psicossocial. Em 2021, o programa começou inclusive a ser elaborado setorialmente, ouvindo as equipes de cada núcleo, passando pelo Nudesa e Napi.

Idealizado em 2018 para conter os impactos do dia a dia de quem trabalha na defesa dos direitos, a proposta é cuidar de quem cuida, justamente porque o contato diário na rotina de trabalho da Defensoria



envolve circunstâncias de dor e sofrimento. “A intenção é proporcionar momentos leves, de integração, trocas, conversas e sorrisos – momentos de vivência entre a nossa equipe de trabalho. Vamos nos cuidar, nos olhar, nos acolher, sabendo que têm dias que vamos estar bem e que em outros não. Contar com a sensibilidade da gestão é motivador e cativa essa energia para criar”, destaca Sulamita Alves, coordenadora do CDC.





4. AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Defensoria 2.0: DPCE investe em novas tecnologias



Para o atendimento remoto, a instituição implementou várias práticas tecnológicas que se mostraram extremamente eficientes e eficazes. Inicialmente, foram realizadas diversas melhorias no parque tecnológico, com aquisição de ferramentas, sistemas e redes para adequar a rotina do teletrabalho de defensoras, defensores e colaboradores, bem como facilitar a vida de quem procura seus direitos.



1.000

ESTAÇÕES DE TRABALHO

Cerca de 1000 estações de trabalho modernizadas com incremento de mais de 300 equipamentos, desde desktops, notebooks, nobreaks, computadores, multifuncionais e impressoras, bem como a instalação de software para melhor gerenciamento. Para garantir maior velocidade, segurança e conectividade, 500 pontos de rede de comunicação foram implantados e certificados.

Atualmente, a equipe técnica de Tecnologia da Informação se prepara para operar o novo Data Center da Defensoria, um Centro de Processamento de Dados, que permitirá mais armazenamento e maior desempenho nos sistemas defensoriais. “A nova infraestrutura técnica do Data Center contará com 9 servidores (computadores de alta performance) e também 2 nobreaks (equipamento responsável por regular a voltagem e a pureza da energia que alcança os eletrônicos conectados a esse dispositivo). O novo ambiente trará mais estabilidade às aplicações, com isso melhor performance no trabalho dos defensores, o que de imediato impacta no atendimento dos nossos assistidos”, destaca Victor Montenegro, assessor de

desenvolvimento institucional.

Outra tecnologia implementada será o atendimento automático de demandas por telefone, com a instalação dos equipamentos para operação do VOIP. Com este sistema, o assistido liga para o número geral da Defensoria e será direcionado para o núcleo específico de sua demanda após uma breve triagem eletrônica com o atendente virtual. Nessa nova arquitetura, a quantidade de atendimentos é ilimitada e isso impacta de forma direta na prestação de serviço ao público.



300
NOTEBOOKS

500
PONTOS DE REDE

1
DATACENTER

Protocolos para garantir a privacidade e proteção de dados

O momento de home office favoreceu o maior uso de tecnologias, e isso gera as mais diversas ações para garantir a segurança e proteção das informações. Como a Defensoria é uma instituição que precisa acessar dados pessoais, como RG, CPF, comprovantes, provas de processos judiciais, é fundamental estar na era digital com responsabilidade e cabe à atual gestão aperfeiçoar este compromisso e a segurança destes dados coletados. Nesta gestão foi adquirido um Cofre Data para armazenamento das mídias de backup (fitas com os arquivos do Data Center) com o objetivo de proteger o material contra danos causados por fogo, calor, umidade, poeira e impactos.

Ainda foi implementado um robusto equipamento de Firewall do fabricante Check Point, que permite um maior controle do tráfego de internet na rede da Defensoria e a instituição adquiriu mais de 1000 licenças do software Kaspersky, um dos melhores e mais recomendados softwares de antivírus do mercado.

A instalação do software em todos os computadores da Defensoria traz maior segurança, prevenindo ataques e infecções maliciosas.

Foi implementado ainda o Comitê Multidisciplinar de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC), um dos critérios da Lei aos órgãos públicos, que visa otimizar o acompanhamento, análise e ações necessárias para proteção de dados e informações, integrando os setores para elaboração de planejamentos de implantação. “Tudo isso porque a nossa prioridade é ter uma Defensoria segura, que obedeça às leis que regem o compartilhamento de informações e dados”, destaca a subdefensora geral, Samia Farias.

Cofredata, Firewall e Antivírus: Investimentos em segurança da informação



Novo site com 90% de acessibilidade

Em meio a pandemia, a equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação se colocaram a um novo trabalho: promover um portal para a Defensoria. Em junho de 2020, estava lançado o novo site, plataforma moderna, acessível e responsiva, com a navegação mais intuitiva para o usuário localizar o que precisa sem dificuldades. Uma das prioridades foi a responsividade, ou seja, o usuário pode acessar o site de qualquer meio, seja celular, tablet ou desktop, que a ferramenta se adapta.

Foi dado destaque também à Lei da Acessibilidade com fontes e padrões para cada tipo de deficiência, atingindo mais de 90% nos padrões nacionais de acessibilidade, base realizada pelo Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (Ases), do Governo Federal. A plataforma faz a averiguação das acessibilidades de portais públicos e privados.

Para facilitar a navegação de pessoas com limitação motora, a ferramenta de acessibilidade oferece atalhos do teclado para que este usuário tenha acesso aos



conteúdos. Além disso, é possível alterar o tamanho da fonte, destacar imagens e cabeçalhos, colocar alto contraste e contraste inverso (o que facilita a leitura para pessoas com problemas de visão).

O site permitiu uma interação mais efetiva entre usuários e os serviços público e privado e teve 1.022.442 visitantes de junho (junho de 2020 e junho de 2021) e destes, 602.072 são considerados novos visitantes. Nesse período, é

evidente o progressivo aumento da procura após a modernização do site, que se tornou mais acessível e responsivo.

**1
MILHÃO**
DE USUÁRIOS EM UM ANO
E 90% DE ACESSIBILIDADE

A simpática Dona Dedé fica online 24 horas orientando nossos usuários

A Dona Dedé é a primeira assistente virtual da Defensoria Pública do Ceará e foi lançada em agosto de 2020 com objetivo de receber todos aqueles que acessarem o site da instituição em busca de orientações. Até julho de 2021, foram 37.226 pré-atendimentos realizados sobre serviços e documentos para as ações da Defensoria.

A Dona Dedé fica disponível 24

horas no site e todo o atendimento é computado e avaliado para fins estatísticos. Dentro do ambiente online, são repassadas informações de forma prática e ágil. A comunicação é programada a partir de um roteiro de perguntas e informações centrais acerca dos serviços prestados para que se possa entender claramente o que o cidadão precisa saber, simulando uma conversa real.



Oi, sou a dona Dedé, posso te ajudar?

ALÔ DEFENSORIA VAI PRO WHASTAPP

Em julho de 2020, a Defensoria Pública lançou o WhatsApp Business, com o objetivo de auxiliar o Alô Defensoria (número 129) e a ampliar a central de atendimento ao cidadão. Basta uma mensagem para obter dados, informações e tirar as dúvidas mais comuns no acesso aos seus direitos. O serviço é uma das estratégias para chegar mais perto de quem precisa, prestando orientações e encaminhamentos em relação aos serviços da Defensoria.



37MIL

**PRÉ-ATENDIMENTOS
DA DONA DEDÉ**

Agora é a vez da Nossa Defensoria

Depois de implementar dezenas de ferramentas para o funcionamento do atendimento remoto, a Defensoria iniciou a implantação de um novo sistema de atendimento que tem garantido mais agilidade. A Nossa Defensoria é uma plataforma que une comandos internos da DPCE, ajustando o agendamento, o envio de documentos necessários ao ajuizamento de um processo. A ferramenta foi apresentada ao corpo funcional da instituição, que também já foi capacitado, tendo sido disponibilizada para as Defensorias de Família, Cível, Fazenda e Criminal, de Fortaleza.

A Defensoria está em momento de uso interno da ferramenta, onde equipes dos núcleos vêm sendo treinadas, e que a fase posterior consiste em abrir a ferramenta como aplicativo para o assistido, que poderá gerir seu cadastro e documentos, além de solicitar agendamentos.

Lançamento do aplicativo - A Nossa Defensoria enquanto aplicativo é também para uso externo, pelo assisti-



do, tem implementação da ferramenta prevista para acontecer ainda este ano. Será preciso baixar o app e efetuar um pequeno cadastro para a navegação e o acesso aos serviços viabilizados. “A Nossa Defensoria é um mesmo sistema de informações da Defensoria, que poderá ser alimentado pelo próprio usuário

como pelas equipes de atendimento e pelos defensores, tornando um banco de dados vivo sobre quem procura a Defensoria”, salienta Sulamita Alves, coordenadora da Defensorias da Capital. O sistema também está integrado à Corregedoria, permitindo relatório de atividades de cada defensor.

5. AVANÇOS MATERIAIS E ESTRUTURAIS

Defensoria tem seu Diário Oficial Online

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE) aprovou em novembro de 2020, o Projeto de Lei Complementar 15/2020, de autoria da Defensoria Pública do Ceará, que altera os dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 6, de 28 de abril de 1997, e cria o Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Ceará.

A criação do Diário Oficial Eletrônico da DPCE é mais um passo na autonomia da instituição que passa a não depender mais de outros órgãos para a publicação de seus atos processuais e administrativos, além de ser mais uma medida de contenção ao custeio da instituição. Esta nova medida aperfeiçoa a divulgação oficial dos nossos atos processuais e administrativos, reduzindo as publicações por meio físico, com o binômio indispensável de transparência e celeridade.

“O Diário Oficial é sinônimo de transparência, organização, economia e autonomia”, disse Petrus Freire, assessor jurídico da Defensoria.



Novas sedes: Inauguração de nova sede no Crato

No dia 18 de fevereiro de 2020, a cidade de Crato, na região do Cariri, recebeu uma nova sede da Defensoria Pública, localizada na Rua André Cartaxo, 370. A sede fixa da Defensoria Pública na cidade do Crato demonstra a consolidação da instituição na prestação de um serviço de qualidade para a população do interior. O espaço possui oito gabinetes individualizados para defensores e defensoras públicas, espaço para os estagiários, copa, recepção, gabinetes para mediação/conciliação, gabinetes para atendimento psicossocial e sala de arquivo.



Evento realizado antes da pandemia, em fevereiro de 2020.



Novas sedes em Camocim, Quixeramobim e Tianguá

A Defensoria Pública Geral do Estado dá um novo importante passo para fortalecer ainda mais a instituição em cidades do interior do Ceará. Os municípios de Tianguá, na região da Ibiapaba, Camocim, na região Norte, e em Quixeramobim, no Sertão Central, em breve contarão com novas sedes para atendimento ao público e expediente interno. Os prédios foram cedidos pelo Governo do Estado.

“O Executivo tem sido um importante aliado nosso por entender o necessário papel da Defensoria, em especial agora, na pandemia, quando pessoas que já eram vulneráveis estão mais vulneráveis. Nós temos batido recordes de atuação e vamos aperfeiçoar toda estrutura que pudermos. Não vamos medir esforços”, afirma a defensora geral Elizabeth Chagas, que articulou a medida com a titular da Secretaria Estadual da Fazenda



Tianguá



Camocim



Quixeramobim

(Sefaz), Fernanda Pacobahyba. Em Tianguá, por conta dessa articulação junto à Sefaz, a Defensoria vai deixar de atender dentro do Fórum da cidade e passará a ter sede própria pela primeira vez, em um imóvel mais confortável. Já nos municípios de Camocim e Quixeramobim, as sedes vão mudar de endereço e funcionarão em espaços maiores e mais adequados às necessidades da DPCE.



Início da construção do prédio Marta Alves de Lima no bairro João XXIII



Em março de 2021, foram iniciadas as obras do Núcleo Descentralizado do João XXIII da Defensoria Pública do Ceará. É um espaço dedicado ao atendimento ao público, peticionamento, ajuizamento de ações, atendimento multidisciplinar, realização de audiências extrajudiciais de conciliação e mediação, além de educação em direitos. O edifício levará o nome Marta Alves de Lima, colaboradora da instituição há mais de 15 anos e que faleceu por complicações da Covid-19.

A nova e moderna edificação, que teve recurso do BNDES, está sendo construída em uma área total de 772,73m², com dois pavimentos, seis balcões de atendimento ao público, sala multiuso, recepção com espera para até 70 assistidos, brinquedoteca, sala de convivência, sala de reuniões, sala de apoio, gabinetes para mediação/conciliação, gabinetes para atendimento psicossocial, além de sanitários acessíveis, estacionamento e

Reformas no Fórum Clóvis Beviláqua

“Com o intuito de aperfeiçoar os serviços prestados à população, a Defensoria Pública elaborou um planejamento para a reestruturação de todas as Defensorias instaladas no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. Após ouvir os supervisores dos núcleos de Sucessões, das Defensorias de Família, Cível, Fazenda Pública, Curadoria e Infância, as modificações imprimidas promoveram independência, conforto e mais qualidade para o atendimento da população por conta da individualidade das salas”, explica Denise Castelo, assessora de planejamento e gestão.

As mudanças fazem parte do projeto de estruturação dos locais de atendimento, na capital, bem como atendem ao projeto de requalificação do espaço físico do Fórum. Com a reforma, os atendimentos dos núcleos ficaram concentrados no mesmo andar, garantindo novos gabinetes aos defensores e mais facilidade aos assistidos para quando retomarem os atendimentos presenciais.



Nova sede de atendimento no bairro Cidade dos Funcionários

O Governo do Ceará cedeu, sem ônus, para a Defensoria o prédio onde funcionava o Polo Operacional do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (Issec). Localizado no bairro Cidade dos Funcionários, o imóvel será a nova sede de alguns núcleos especializados da instituição. O termo de cessão foi assinado no dia 6 de maio de 2021 pela defensora geral do Ceará, Elizabeth Chagas, em conjunto com o superintendente do Issec, José Olavo Peixoto Filho. O imóvel conta com uma área construída de 754,68m² e dois pavimentos, sendo um superior e um inferior. Nele, a Defensoria contará com salas de espera, triagens independentes, gabinetes, copa, refeitórios, banheiros, brinquedoteca e gabinetes para mediação/conciliação.

O projeto de adequação e reforma no imóvel para estruturação dos novos núcleos já está em execução. No equipamento fun-



cionarão o Núcleo de Resposta ao Réu (Nurdp), o Núcleo de Defesa da Saúde (Nudesa), o Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) e o Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública da Infância e da

Juventude (Nadij). Com isso, a Defensoria Pública deixará de ter custo com imóveis alugados, aprimorando a gestão do custeio no Fundo de Aparelhamento e Apoio à Defensoria Pública (Faadep).

Ampliação da estrutura física do Segundo Grau de Jurisdição

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado (Seplag) cedeu espaço e mobiliário para que a DPCE possa ampliar suas instalações e potencializar o atendimento no Segundo Grau de Jurisdição, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, bairro Cambé (edifício Seplag).

Um termo de cessão de uso de bem imóvel acorda que a instituição pode utilizar o espaço, realizando benfeitorias e reformas necessárias para o perfeito funcionamento do imóvel, que pertence ao Governo do Estado do Ceará.

A obra de manutenção está planejada com o intuito de integrar os espaços e ampliar a atuação da Defensoria no ambiente e reunirá todos os defensores e defensoras do segundo grau de jurisdição com gabinetes individualizados.



Recorde em 2020, segue em 2021



Parceria com a Assembleia garante novo espaço para a Defensoria

Após tratativas com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE), Evandro Leitão (PDT), a Defensoria Pública terá um novo espaço no prédio anexo à Assembleia Legislativa do Ceará, o qual disporá de corpo técnico qualificado para atuar na educação em direitos, encaminhamentos e atendimentos.

A sede será no antigo prédio do Departamento de Saúde e Assistência Social (DSAS) da AL, na avenida Pontes Vieira. Serão ali implementadas ações coordenadas extremamente importantes para as mulheres do Ceará.





Van de Direitos

A Defensoria do Ceará foi contemplada no projeto “Vans dos Direitos”, cuja entrega foi presidida pela ministra Damares Alves, da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG), no dia 08 de dezembro de 2020. Durante o evento, o Ceará recebeu a Van equipada que visa ampliar as oportunidades de

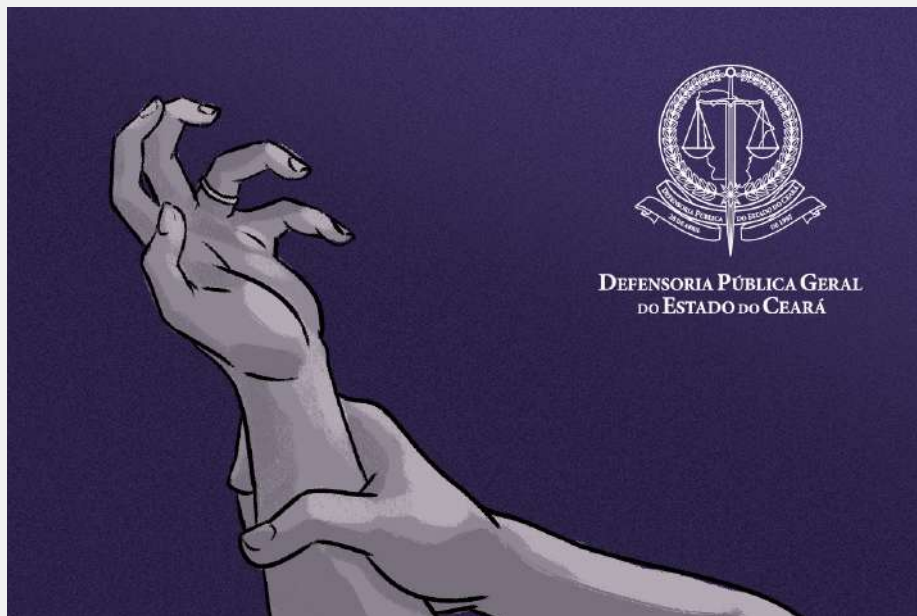
inclusão social e prevenir a violação de direitos no Brasil. Além do Ceará receberam os veículos a Defensoria dos Estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Rondônia, Maranhão, Piauí e Paraíba.

A van levará cidadania à população mais vulnerável, como crianças, adolescentes, pessoas em situação de rua, público LGBT, pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, refugiados, imigrantes e outros grupos vulnerabilizados.

Protocolo de combate a tortura é instituído e tem com formulário eletrônico

A Defensoria do Ceará instaurou uma orientação inédita à atuação das defensoras e defensores para detectar casos de tortura e outras violências. Editada pela defensora geral Elizabeth Chagas, a medida é fruto de articulações com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Associação de Prevenção à Tortura (APT), organização não governamental de origem internacional e referência mundial na temática.

Um protocolo e um formulário eletrônico foram elaborados pela DPCE para defensores e defensoras cearenses conseguirem identificar e registrar com mais facilidade casos de agressão, abuso, tortura, violência psicológica ou outro tratamento cruel – e, assim, fazerem os encaminhamentos necessários a cada tipo de ocorrência. O protocolo e formulário são amparados em pactos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Os do-



cumentos propõem uma série de questionamentos que devem ser feitos em atendimento, inclusive se o(a) assistido(a) tiver sido preso em flagrante e for participar de uma audiência de custódia.

Convênio com a Secretaria de segurança para acesso aos laudos

A Defensoria assinou um termo de cooperação técnica com a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) para que membros da instituição possam acessar o sistema de consulta integrada de obtenção prévia dos laudos periciais com os registros fotográficos. O documento foi assinado pela defensora pública geral, Elizabeth Chagas, e pelo secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Sandro Luciano Caron de Moraes. Com o convênio, a SSPDS permitirá o acesso de defensoras e defensores públicos, listados pela instituição, ao sistema de consulta integrada para visualização completa dos laudos periciais, conforme a Recomendação 62 e a Resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça determinam.

Trata-se de mais uma grande vitória: o acesso ao sistema de consulta integrada para visualização completa dos laudos periciais vai



possibilitar o melhor desempenho da missão defensorial na defesa criminal dos hipossuficientes, otimizando com mais dados técnicos as nossas teses que são apresentadas em Juízo.

Defensora Geral se
reúne com secretário
Sandro Calmon

Ampliação do Plantão Defensorial para mais 19 cidades

A Defensoria aumentou a quantidade de plantões nos finais de semana para mais 19 cidades do interior. Defensores públicos ficam de prontidão para atender as demandas mais urgentes da população nas áreas criminal, infância, juventude e saúde. A atuação acontece nos municípios de Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Palmácia; Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante e Umirim; Aquiraz, Eusébio, Horizonte, Itaitinga, Pacajus, Acarape, Barreira, Chorozinho, Guaiúba e Ocara.

A ampliação desse serviço é uma conquista para a população cearense que há muito tempo pleiteava por este serviço, por meio do Orçamento Participativo, e agora foi possível multiplicar essa atuação para responder aos anseios sociais no momento mais delicado da história.

“Estamos enfrentando um momento delicado por conta da pan-



demia do novo coronavírus e a ampliação desse serviço propicia mais dignidade para esse povo sofrido, tão carente em relação aos serviços públicos prestados pelas instituições. Vale reforçar que, in-

dependente do assunto, sendo questão de urgência, a população sabe que pode contar com a Defensoria Pública”, destacou Breno Vagner, coordenador das defensorias do interior.



Campanha Retorno Responsável: sim para a saúde

Desde o início da pandemia, a Defensoria tem adotado diversas formas de atendimento para garantir tanto a integridade física de colaboradores, colaboradoras, assistidos, assistidas, defensores e defensoras, quanto para assegurar a atuação em prol de quem está socialmente vulnerável e precisa de assistência jurídica. Dessa forma, todas as decisões referentes ao funcionamento da instituição são tomadas por um grupo de trabalho composto exclusivamente para lidar com demandas da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O GT criou o Plano de Retomada das Atividades Presenciais da Defensoria, que avalia a cada semana as atividades do órgão. A instituição criou uma campanha educativa e de sinalização dos prédios, com guias, cartazes e outros produtos de comunicação para orientar defensores, defensoras, colaboradores, colaboradoras e visitantes



quando a DPCE voltar a funcionar presencialmente. Além disso, foram realizados encontros virtuais que abordaram sobre o retorno responsável e seguro do expediente presencial.

A DPCE adquiriu mais de 3.000 máscaras de tecido e 610 escudos

faciais. Os prédios também foram submetidos a duas inspeções de uma médica sanitária, viabilizada pela Adpec, bem como da Vigilância Sanitária, além de processos de desinfecção, por meio de uma parceria com a Cruz Vermelha Brasileira, e há diariamente novos pro-



tolos de limpeza. Totens com álcool em gel foram adquiridos e, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, recebemos 600 máscaras para os assistidos que busquem atendimento e estejam sem o equipamento, cujo uso é obrigatório e previsto em lei.



Defensoria testa equipe para Covid-19 em Fortaleza, Sobral e Cariri

Durante duas semanas, defensoras, defensores públicos, colaboradores e estagiários da Defensoria em Fortaleza, Sobral e na Região do Cariri foram testados para a Covid-19. A ação aconteceu em parceria com a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Ceará (Adpec) e testou mais de 560 pessoas como uma forma de mapear as infecções do novo coronavírus (Covid-19) no corpo da instituição, em atitude responsável e segura para com seus membros e com a sociedade.



Convênios, contratos e aquisições são incrementados

A gestão realizou, durante o ano de 2020 e o primeiro semestre de 2021, 58 contratos, 26 convênios e 18 termos de cooperação. São itens diversos que permitem que a Defensoria avance em manutenção e nas questões administrativas, garantindo o funcionamento constante da atividade fim, que é prioridade na administração.

Uma dessas aquisições, por exemplo, trata da acessibilidade para a inclusão das pessoas com deficiência. A Defensoria Pública adquiriu 22 novas cadeiras de rodas que foram distribuídas nos principais núcleos de petição inicial da instituição, a fim de serem utilizadas quando retomados os atendimentos presenciais. A ação possibilita a autonomia e independência dessas pessoas, ainda mais diante do nosso compromisso de fortalecimento da inclusão das pessoas com necessidades especiais e do papel institucional de luta pela



proteção dos direitos humanos.

Para o assessor jurídico da instituição, Petrus Freire, “a atividade jurídica da Defensoria Geral não parou um só dia durante a pandemia, priorizando os processos que são imprescindíveis para o pleno funcionamento da instituição”.

Outras aquisições importantes du-

rante o período dizem respeito ao controle sanitário da pandemia. Totens e dispensers de álcool em gel, máscaras, faceshields, tapetes sanitizantes, mais materiais de limpeza e as placas de acrílico de atendimento foram itens que tiveram que ser licitados e comprados no mercado para adequar a estrutura da Defensoria a este novo momento.

6. ESCOLA SUPERIOR

110 eventos realizados pela Escola Superior, entre webinários, palestras, workshops, lives e treinamentos



Webinários, capacitações, cursos online, formação de novos defensores, palestras, transmissões ao vivo no Instagram da Defensoria. Durante o ano de 2020, sucederam meses difíceis para o mundo, diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Neste cenário de isolamento social, em que eventos presenciais não puderam ser realizados, a Escola Superior de Defensoras e Defensores Públicos executou 110 eventos, a maior parte virtual por ocasião da pandemia.

“A Escola Superior não parou. Semanalmente, propusemos cursos, seminários, lives, debates e aprimoramento de defensores, colaboradores, estagiários e da sociedade civil em geral sobre direitos chegando a platéias de mais de 90 mil espectadores, apenas no #NaPausa, por exemplo, programa criado para as redes

sociais. É muito bom vermos que os esforços estão frutificando de forma positiva com debates importantes, estimulando reflexões, novas atitudes, capacitação, estudos e conhecimentos, o que é a essência da Escola Superior. Somos voz para trazer temas indispensáveis ao contexto social e jurídico”, explica a diretora da Escola, Patrícia Sá Leitão.

Entre as ações de combate ao racismo, tema da campanha nacional da Anadep, a ESDP promoveu uma série de encontros virtuais batizados de “Formação Continuada sobre Racismo”. Ao total, foram seis debates que trouxeram especialistas como Zelma Madeira, Haroldo Preto, Martí Silva, Iêda Leal, Meiry Coelho, Luciana Tamos, Bruno de Castro, Rivana Ricarte, entre outros, sempre mediados pela ouvidora externa da Defensoria Pública do Ceará, Antonia Araújo. A Escola Superior da Defensoria colocou em pauta questões como acesso à Justiça, direitos humanos, raça, mulheres negras e controle social. Participaram dos debates defensores, defensoras, lideranças negras, pesquisadores dos temas e gestores públicos do Ceará e de outros estados.



Curso de formação para novos defensores públicos

O curso de formação para os defensores públicos aconteceu com o objetivo de apresentar aos recém-empossados a realidade administrativa e institucional da Defensoria, capacitando-os para o exercício eficiente de suas funções. Toda a programação foi elaborada pela Escola Superior, que propôs um período de imersão institucional no qual os defensores públicos tiveram a oportunidade de vivenciar a prática da atividade defensorial nos mais variados órgãos de atuação.



ENCONTRO DE TESES INSTITUCIONAIS

As atividades de pesquisas, reflexões e debates são ferramentas essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento da nossa instituição. Pensando nisso, a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado lançou edital para o III Encontro de Teses Institucionais, que selecionará teses elaboradas por defensoras e

defensores públicos do Estado do Ceará que abordem sobre a atuação da instituição, na perspectiva da afirmação da identidade institucional e do seu lugar no Estado Democrático de Direito como integrante do Sistema de Justiça. O intuito é promover reflexão institucional e a integração entre as áreas de atuação.





#NaPausa: educação em direito nas redes



Sem a possibilidade da realização de encontros presenciais por ocasião da pandemia, ESDP reinventou seus formatos com o desafio ao longo dos anos de 2020 e 2021 de ser ponte entre a instituição e a população durante a pandemia da Covid-19, o #NaPausa cresceu e se consolidou como um canal de educação em direitos, dúvidas e de interação entre os defensores e temas pulsantes na sociedade. O projeto tem apoio da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Ceará (Adpec)

Completando 100 edições, com mais de 100 mil espectadores, o #NaPausa discutiu temas de relevância, levando informações qualificadas a milhares de pessoas para exercerem cada vez mais sua cidadania. Os debates envolveram defensores públicos cearenses das mais diversas áreas de atuação com especialistas de várias ciências e partes do Brasil. Para acompanhar os debates, basta o internauta buscar os conteúdos no perfil da @defensoriaceara no Instagram.

As lives têm sido responsáveis por manter a Defensoria Pública online,



em permanente contato com os espectadores, como fonte de informação e questionamentos.

“A educação em direitos é a chave para o pleno exercício da cidadania. Enfrentamos o desafio de fazer isso cotidianamente e agora, sem a possibilidade da realização de encontros presenciais, precisamos reconfigurar essa possibilidade para as plataformas digitais. Com projeto #NaPausa conseguimos discutir temas de relevância, levando informações qualificadas e importantes a milhares de pessoas para que elas possam exercer sua cidadania”, explica Patrícia Sá Leitão, diretora da Escola Superior da Defensoria.

Os temas sempre fazem a ponte entre os membros da Defensoria e a sociedade, por meio de teóricos, professores, jornalistas, médicos, magistrados, advogados, entre outros. “O projeto é um grande vetor de informações, abordando assuntos de grande relevância para todos. Com esse projeto ganhamos cada vez mais visibilidade e credibilidade”, destaca ainda a coordenadora das Defensorias da Capital, a defensora pública Sulamita Alves, que já participou de edições do projeto.

Comemoração dos 24 anos da Defensoria Pública

Para celebrar os 24 anos da instituição, a ESDP realizou o 3º Encontro de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Ceará todo de forma híbrida, com parte da Administração Superior em formato presencial e público acompanhado pelo canal do Youtube, possibilitando, assim, que qualquer pessoa interessada na temática acompanhasse os debates.

O encontro teve a participação dos juristas José Geraldo de Sousa Júnior, professor titular da Faculdade de Direito e ex-Reitor da Universidade de Brasília (UNB), e Carlos Ayres de Britto, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e da professora Delania Santos, professora de Pós-Graduação.

Foi um momento importante porque provocou reflexões não só da importância da Defensoria para esse direito que reflete o jurídico social, mas também da necessidade de, do ponto de vista institucional, manter a atuação que aproxima a instituição aos movimentos sociais.



Núcleo de Pesquisa consolida sua atuação

A relevância da pesquisa no sistema de justiça foi destaque em três webinários que ocorreram durante o ano de 2020, conduzidos por Grazielle Albuquerque, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Defensoria do Ceará.

Foram tratados os seguintes assuntos: LGPD e acesso à Justiça: da teoria à prática, Importância da Pesquisa para afirmação Institucional da Defensoria e As questões de gênero e o acesso à Justiça. Os webinários visam mostrar os aspectos necessários e básicos da pesquisa no sistema de Justiça. A proposta é conversar sobre as dificuldades de fazer pesquisa, os acertos das pesquisas, para que as pessoas também entendam sobre o manuseio no dia a dia e os desafios do pesquisador que está lidando com isso.

Pesquisa inédita feita pelo NUESP, indica uma realidade preocupante para mulheres vítimas de violência doméstica em Fortaleza. À medida que o processo avança em varas de família, mais os traços da denúncia original desaparecem no processo judicial. A constatação desse cenário de apagamento dos traços da



denúncia original é fruto de levantamento inédito onde foram analisados processos originados no Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem) da capital cearense entre os meses de janeiro e julho de 2017.

Dos 630 casos mapeados, 629 tramitaram nas 18 varas de família de Fortaleza e apenas um estava em vara cível. Houve acordo entre as partes em 205 ações, o que equivale a 32,53% do total. Mas apenas em um desses acordos (ou seja, em 0,48% das ocorrências) o juízo fez menção formal à violência doméstica, ainda que todas as peças iniciais façam referência ao tema – o que constata a invisibilidade da violência na tramitação processual.

A não-citação da violência doméstica na homologação ou sentenciamento dos acordos em varas de família contrasta com o dado de que 76,58% desses mesmos processos, quando da origem ainda no Nudem, tinham boletins de ocorrência registrados. “Os dados que a Defensoria levantou nesta pesquisa inédita nos trazem a existência de uma cultura de apagamento, onde a violência contra a mulher permanece escondida, mesmo quando o processo judicial dela avança. As marcas da violência somem do papel, no avançar dos autos, mas o registro na vida, na mente e na alma dessas mulheres não some e isto vai refletir na sociedade”, lembrou a defensora geral.

7. COMUNICAÇÃO

Comunicação que aposta o serviço da instituição

Investir em comunicação é semear diariamente a imagem da Defensoria, propor investimentos em equipamentos e profissionalização dentro da instituição, bem como na aposta de uma comunicação de serviços que fala de forma direta com o público. Esta é a diretriz estabelecida pela gestão da Defensoria que só em 2020 produziu :

- 4.183 Matérias sobre a Defensoria na imprensa
- 740 Matérias exclusivas para o site
- 1.263 Artes exclusivas para o órgão
- 82% a mais de seguidores no Instagram
- 21 vídeos exclusivos para a Defensoria

Além disso, a Defensoria é referência nacional em comunicação no sis-



tema de justiça, conquistando prêmios nacionais e reconhecimento no mercado. “Figurar entre as melhores práticas em comunicação do País pelo terceiro ano consecutivo é uma honra e, principalmente, uma imensa responsabilidade, porque nos deixa mais certos de que construímos um caminho e não

pode retroceder: as pessoas esperam da Defensoria; os assistidos querem falar com a Defensoria e serem respondidos; os jornalistas esperam pautas e nós, que integramos a equipe de Assessoria de Comunicação, também nos desafiamos a ser mais criativos, reinventando modos de fazer e de trazer novos resultados.

Temos imensa responsabilidade em informar os direitos da população e a Defensoria do Ceará assume esta missão com muito compromisso e alegria”, comemorou a jornalista Bianca Felippsen, coordenadora da Ascom da DPCE.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Defensoria Pública do Ceará (DPCE) é destaque entre as principais ações em comunicação do sistema de justiça brasileiro. No dia 16 de outubro, o Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ) anunciou que o projeto “O Usuário e a Sociedade” como segundo lugar na categoria Mídia Digital entre as principais práticas do país em comunicação do sistema de justiça. Também em segundo lugar ficou o projeto “Defensoria em Movimento”, na categoria Mídia Radiofônica. Já em Grande Reportagem, a produção #OrgulhoLGB-TQ+ ocupou a terceira colocação.

Ao todo, 198 projetos concorreram nesta edição do Prêmio que teve a participação de 43 instituições integrantes do Sistema de Justiça de todo o Brasil. Cada projeto passou pelo crivo e avaliação dos jurados especializados de todo o País.

Ainda em 2020, a Defensoria foi indi-

cada ao Top Mega Brasil de Comunicação, por meio da coordenadora de comunicação da instituição que figurou entre as Top 5 do Nordeste na categoria Comunicadores do Serviço Público (Brasil e Nordeste). A indicada foi a única do corpo técnico das Defensorias do país. O Prêmio Top Mega Brasil é um dos principais

do mercado corporativo e, pela primeira vez, incluiu a categoria Gestão Pública. Um corpo de jurados constituído por quase 50 mil profissionais de comunicação de todo o País indicam de modo direto quem são os colegas, profissionais de comunicação, mais destacados, tanto de modo regional como nacionalmente.



Galeria de Imagens



**Defensora geral se
reúne com governador
Camilo Santana**



**Defensora Geral
reúne-se com os dois
presidentes da ALCE
- 2020 e 2021**





Defensoria é tema da primeira sessão solene da ALCE durante a pandemia (19/05/2021)



Defensora Geral é recebida pela nova presidente do TJCE



**Defensora Geral recebe
homenagem nos 130 anos do MPCE**



**Defensora Geral faz visita
institucional à presidência do TCE**



**Defensoria
participa de
abertura de
trabalhos da
Corregedoria
Nacional de
Justiça no Ceará**

*foto antes da pandemia
do novo coronavírus



**Defensoria
participa desde a
primeira reunião
que traça medidas
de combate ao
Coronavírus**

*foto antes da pandemia
do novo coronavírus



Defensoria participa da posse do TRT-CE

*foto antes da pandemia do novo coronavírus



Defensoria Pública participa da assinatura do termo “30 Compromissos pela Criança e pelo Adolescente” (26/10/2020)





Prêmio Adpec de Jornalismo recebe imprensa na sede da DPCE

*foto antes da pandemia do novo coronavírus



Defensoria recebe reunião ordinária da Rede de Controle Interno da Gestão Pública Estadual

*foto antes da pandemia do novo coronavírus



Defensoria dialoga com Corregedorias do TJCE

*foto antes da pandemia do novo coronavírus







**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**